
MEDIA INTERVENTIONS E POLÍTICAS DE PERTENCIMENTO: Reflexões teóricas sobre o pertencimento nas frentes de luta por moradia¹

Francisco Marcio Marques dos SANTOS²
Cilene VICTOR³

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Resumo: Este artigo tem por objetivo identificar os traços de uma política de pertencimento, amparada na comunicação e nos recursos de *media interventions*, no contexto dos movimentos de luta por moradia em São Paulo. O estudo tem como referência os conceitos da obra *Australian Media and the Politics of Belonging*, ao investigar de uma política de pertencimento entre os movimentos de luta por moradia, em especial o MSTC⁴ no contexto das ocupações urbanas em São Paulo. Para investigar os conceitos de pertencimento da experiência australiana e nos movimentos de São Paulo, recorre-se a um referencial teórico amparado na Teoria do Reconhecimento, em Honneth, e no Jornalismo de Paz, em Victor e Shinar. A metodologia é a análise fílmica (MOMBELLI e TOMAIM) da obra *Era o Hotel Cambridge*.

Palavras-chave: Políticas de Pertencimento; Mídia e luta por reconhecimento; Movimentos de moradia; Media interventions e Jornalismo de Paz.

Introdução

Que tipo de enfrentamento é mais eficaz contra as injustiças sociais? Muito já se debateu sobre as causas e possíveis soluções para as iniquidades que afligem a nossa civilização e é difícil encontrar consenso. Há ao menos dois conceitos dignos de nota: redistribuição e reconhecimento. O primeiro, amparado em Nancy Fraser (2004), pressupõe uma distribuição socioeconômica mais equânime como meio de reduzir o

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: kicosantos@gmail.com

³ 3 Orientadora do trabalho. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: cilene.victor@metodista.br

⁴ MSTC, sigla do Movimento dos Sem-Teto do Centro que reúne ocupações em prédios sem função social no centro expandido de São Paulo.

déficit social. O segundo está materializado na Teoria do Reconhecimento, elaborada por Axel Honneth (2003) sob influência do pensamento de Hegel acerca do reconhecimento, da intersubjetividade e do conflito. A teoria crítica é o principal ponto de conexão entre Honneth, expoente da terceira geração do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, ou Escola de Frankfurt, como o instituto ficou conhecido, e Fraser, professora de Filosofia e Política da New School for Social Research em Nova York. Um ponto interessante da Teoria Crítica é analisar as sociedades a partir de seus conflitos: como a sociedade lida com seus conflitos em contraposição à ideia de como a sociedade *poderia* lidar com seus conflitos.

São questões que carecem de uma complexidade de compreensão com a qual os pensadores sociais tentam contribuir. Bauman e Morin são dois pensadores que ilustram bem os dilemas de um mundo pós-globalizado, referências importantes para termos uma ideia de como é a relação entre os indivíduos com o mundo globalizado. Nos tempos atuais, as localidades, e aqui incluem-se os grandes centros urbanos, se veem obrigadas a lidar com questões de ordem global. Pessoas em situação de refúgio, desabrigados, pessoas em situação de pobreza, famílias inteiras sem moradia ocupam atualmente uma série de prédios abandonados no centro de São Paulo. As ocupações urbanas são consequências da elevada injustiça social no Brasil e no mundo, tema que será contextualizado na primeira parte deste artigo.

Na segunda, será abordado o conceito de sub-representação midiática direcionado aos movimentos de luta por moradia. Para isso, são contempladas as ideias da Teoria do Reconhecimento de Honneth, bem como preceitos do Jornalismo de Paz, com Victor (2021) e Shinar (2008). O debate é inserido no contexto dos movimentos de luta por moradia no centro de São Paulo.

A parte final deste artigo é uma análise sobre Políticas de Pertencimento, comparando as experiências da obra *Australian Media and the Politics of Belonging* com um estudo sobre a obra *Era o Hotel Cambridge*, um filme inteiramente captado em ocupações urbanas no coração de São Paulo. A metodologia proposta é análise fílmica.

Problemas globais, abordagens locais

O mundo atual tem um contexto complexo. Enquanto não desponta no horizonte a possibilidade de uma sociedade-mundo, uma instituição com poder de fato para exercer uma política mundial, questões de ordem global precisam ser enfrentadas localmente. (MORIN, 2011, p.65).

As guerras e a fome, como parte da realidade enfrentada pelos refugiados, são fatores de risco com causas predominantemente globais, que forçam a ocorrência de movimentos migratórios pelo mundo. Somam-se a isso as crises econômicas mundiais que aprofundam o abismo social nos grandes centros urbanos. A população menos favorecida, que historicamente não tem acesso a emprego e moradia, enfrenta uma realidade difícil de sobrevivência. A cidade de São Paulo, por exemplo, lida com um déficit habitacional que era de 694.047 moradias em 2011⁵. Trata-se de uma questão complexa que está na origem dos movimentos de luta por moradia.

As transformações urbanas da cidade foram sempre implacáveis com o passar das décadas. O avanço do mercado imobiliário tem provocado efeitos imediatos na região, aliados a problemas de escala maior, como o desemprego e o aumento da miséria, que fizeram do centro expandido de São Paulo um termômetro de injustiça social. Por razões históricas e urbanas, o centro foi o destino comum para muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social. Um certo paradoxo, posto que nas últimas décadas empresas e órgãos públicos paulatinamente se mudariam da região. Criaram-se, assim, as condições para o fenômeno das ocupações urbanas. Apesar do elevado déficit habitacional do país, o centro contava com inúmeros prédios abandonados e sem função social. Parece irrefreável que a população cada vez maior formada por migrantes, refugiados, desempregados, entre outras em situação de risco, passassem a ocupar tais imóveis. E, com o tempo, essas pessoas começariam a se organizar em torno da luta por seus direitos.

Surgiam, assim, os movimentos sociais de moradia no centro de São Paulo como resposta à humilhação sofrida por esses grupos imersos em uma rotina de vulnerabilidade social e como forma de pressionar o poder público por políticas de moradia. Organizadas

⁵ Segundo dados consolidados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e estimativas produzidas pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA (2011).

nesses grupos, a classe trabalhadora de baixa renda encontrou um meio possível para a garantia de um dos direitos humanos fundamentais que é o acesso à moradia digna.

Em levantamento realizado pela Prefeitura de São Paulo em 2018, foram identificados 51 edifícios ocupados na cidade, a maior parte localizada no centro expandido da capital. No interior dessas ocupações moram aproximadamente 3.500 famílias, atingindo um total de 10.562 pessoas. Um outro dado é que há pessoas idosas morando em 86% dos edifícios (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p.8). Considerando a natureza dinâmica das ocupações que surgem e são removidas com certa rapidez, não há como quantificar com precisão o atual cenário. Ocupações têm o objetivo urgente de garantir um lugar, ainda que provisório, mas que assegure a sobrevivência das famílias até que o governo desenvolva alternativas de acesso a uma moradia digna.

As ocupações realizadas pelos sem-teto na região central da cidade, por exemplo, cumprem objetivos diversos: pressionar o poder público por políticas de habitação na região central da cidade; ampliar a visibilidade do problema da moradia; viabilizar abrigo (mesmo que provisório) para inúmeras famílias da ocupação em questão; e criar perspectiva de diálogo para um eventual projeto habitacional no prédio em questão, a partir de regularização fundiária e da reforma do edifício (FERRARA, 2019, p.814).

A luta por moradia depende de decisões legais que amparem suas ocupações. Além de todo empenho envolvido no ato de ocupar, como a limpeza e a reforma do prédio, a organização das famílias e o estabelecimento de regras de convivência, há uma constante preocupação com as questões legais. Há uma luta incessante pelo direito de permanecer ali, um direito que passa pela esfera do reconhecimento desses grupos.

Movimentos de moradia – do reconhecimento ao jornalismo de paz

A complexidade das causas da injustiça social demanda uma resposta, um enfrentamento capaz de alcançar sua dimensão, o que muitas vezes só é possível por meio de múltiplas abordagens. É um desafio encontrar soluções para as injustiças, mas há propostas para melhor investigar os fenômenos sociais. No campo da filosofia, autores como Axel Honneth (2003) e Nancy Fraser (2004) debatem sobre a melhor forma de compreender a origem dos conflitos sociais. Honneth, teórico crítico e o principal expoente da terceira geração da Escola de Frankfurt, a denominação mais conhecida do

Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, desenvolveu a Teoria do Reconhecimento sob influência do pensamento de Hegel acerca do reconhecimento, da intersubjetividade e do conflito. Na tentativa de contrapor e aperfeiçoar as ideias de seus antecessores na Escola de Frankfurt, como Habermas, Honneth defende que a teoria crítica precisa olhar e considerar as origens dos conflitos da luta social, como pode ser observado na análise de Marcos Nobre, filósofo e cientista social, autor do prefácio da edição brasileira da obra de Honneth.

O tipo de luta social que Honneth privilegia em sua teoria do reconhecimento não é marcado em primeira linha por objetivos de autoconservação ou aumento de poder – uma concepção de conflito predominante tanto na filosofia política moderna como na tradição sociológica, a qual elimina ou tende a eliminar o momento normativo de toda luta social. Antes, interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior. Por isso, para Honneth, é possível ver nas diversas lutas por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais (NOBRE, 2003, p. 18).

Honneth propõe a existência de padrões de reconhecimento intersubjetivo nas estruturas das relações sociais, que o autor dividiu em amor, direito e solidariedade. A violação, a privação de direitos e a degradação são formas de desrespeito e causadores de lutas sociais. Há questões de reconhecimento no cerne das injustiças (HONNETH, 2003, p. 155).

Para Nancy Fraser, teórica crítica e professora de Filosofia e Política da New School for Social Research em Nova York, as “lutas pelo reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material – desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde e lazer” (FRASER, 2004, p.11). A autora questiona se a luta por reconhecimento não estaria tomando o lugar de uma luta de classes, uma luta mais urgente e fundamental. De fato, há uma certa polarização entre os conceitos de redistribuição e reconhecimento. Cada um deles propõe uma compreensão diferente das lutas sociais e, por vezes, as soluções podem representar algum antagonismo. Nathalie Bressiani, filósofa e professora de ética da Universidade Federal do ABC, traduz esse entendimento de Fraser.

Mesmo assumindo que mecanismos econômicos e culturais estão interligados e se reforçam mutuamente, Fraser acredita que não é possível compreender qualquer um deles como a causa última das injustiças sociais – a cultura não reflete, como superestrutura, a economia, nem esta pode ser entendida como um simples reflexo daquela –, motivo pelo qual ambos teriam de ser entendidos em suas especificidades (BRESSIANI, 2011, p. 333).

Nancy Fraser, alinhada à tradição da Teoria Crítica, procura evidenciar a existência de uma transição da redistribuição para o reconhecimento nas bandeiras levantadas pelos movimentos de luta social. Ela menciona que, em um mundo marcado pela aceleração da globalização, a luta por reconhecimento tem dominado o espaço das pautas de reivindicação política. Rousiley Maia, professora titular do Departamento de Comunicação Social da UFMG, menciona a importância da mediação para as ações de reconhecimento:

Apesar de a teoria do reconhecimento ter alimentado um intenso debate na Filosofia, nas Ciências Sociais e na teoria política ao longo da última década, a maior parte dessas discussões tem sido associada à noção de interações face a face. Nas sociedades contemporâneas, complexas e multiculturais, as lutas por reconhecimento são - e precisam ser - mediadas. O processo de mediação empregado pela mídia é inevitável para a expansão das ações de reconhecimento e de não reconhecimento (MAIA, 2019, p.24).

As lutas por reconhecimento passam pela esfera das mediações. É uma forma de compreender a influência do jornalismo em sua participação na esfera pública. A postura do jornalismo e de outras mídias, como o cinema e demais produções audiovisuais, impacta o comportamento social, sobretudo do ponto de vista das representações.

Em maio de 2018, o edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no largo do Paissandu, colapsou após um incêndio de grandes proporções, resultando na morte de sete pessoas, entre elas duas crianças. Após a tragédia, iniciou-se um movimento de criminalização das lideranças dos movimentos de moradia que culminou na prisão de uma das líderes do movimento MSTC, Preta Ferreira. Atriz, cantora e ativista, Preta Ferreira

passou 70 dias presa sob a acusação de cobrar aluguel de moradores da ocupação 9 de Julho⁶.

O ano de 2018 foi marcado por fortes divergências e turbulências políticas, sobretudo em decorrência das eleições que resultariam na vitória de Jair Bolsonaro para a presidência da República. O debate eleitoral naquele ano havia sido marcado pelo amplo uso de *fake news* e desinformação que, por vezes, atingiam os movimentos de luta por moradia⁷. Tais movimentos eram associados às ideologias de esquerda e, portanto, criminosos. Eliara Ferreira, doutora e mestre em Linguística e Língua Portuguesa, na linha de Análise do Discurso, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, descreve o cenário de desinformação no Brasil:

O cenário da desinformação no Brasil é bastante complexo e envolve vários elementos que não se esgotam na observação do processo de disseminação de *fake news*. A estrutura da mídia corporativa também colabora muito para esse cenário, uma vez que apenas sete grupos controlam a produção de informação e de entretenimento no país; a regulamentação da radiodifusão ainda não está efetivada; apenas quatro grandes grupos de TV aberta respondem por 70% da audiência no país, e 80% dos meios de comunicação estão concentrados na Região Sudeste do país (FERREIRA, 2021, p.106).

A autora questiona a concentração de canais de comunicação de grande influência sob o domínio de poucos grupos. Tal questionamento considera o poder que esse controle estabelece no que diz respeito às representações sociais. A pesquisadora Lilian Sanches, especialista em mídia e representação social no contexto do terrorismo, explica as contribuições do psicólogo social Serge Moscovici e sua Teoria das Representações Sociais.

A TRS, como é conhecida, foi apresentada no estudo pioneiro *Psychanalyse: son image et son publique*, publicado em 1961 e traduzido para o português em 1978. Na obra, o autor romeno buscou compreender como a psicanálise, então uma nova e complexa teoria científica, passou por um processo de resignificação ao ser divulgada pelos meios de comunicação da época, já apontando a relevância da esfera midiática para a formação e disseminação das representações sociais. Os resultados da pesquisa apontaram que, ao ser difundida e

⁶ Reportagem publicada pelo grupo Jornalistas Livres descreve a criminalização das lideranças do MSTC: <https://jornalistaslivres.org/fake-news-de-sites-bolsonaristas-estao-na-origem-da-caca-a-lideres-sem-teto/>

⁷ Idem.

sair dos domínios acadêmicos, a psicanálise e seus conceitos se transformaram em objetos do pensamento social, componentes da realidade cotidiana, e, por fim, em uma representação social autônoma e dinâmica, sem compromissos com dogmas ou evidências científicas (SANCHES, 2021, p. 5,6).

A associação entre mídia e representação evidencia a relevância das práticas jornalísticas para o agravamento ou diminuição das injustiças sociais. A forma como as coletividades são representadas pela mídia pode contribuir para a sua estigmatização, caso haja direcionamentos ideológicos na cobertura midiática. Os conceitos de jornalismo humanitário e de paz, que emergiram da necessidade de uma postura ética da classe jornalística, são capazes de atuar na diminuição de conflitos e não no seu agravamento. São preceitos que ressaltam a importância de compreender as complexidades das injustiças sociais. A pesquisadora Cilene Victor (2021), da Universidade Metodista de São Paulo e uma das referências da área no Brasil, chama a atenção para a importância da ética na cobertura de conflitos.

Outra base importante para os nossos estudos tem sido a série de relatórios anuais da Care International, *Suffering in Silence*, sobre as crises humanitárias mais subestimadas pela imprensa. E, novamente, voltamos aos esforços para entender o que levaria os profissionais da mídia a fechar os olhos para algumas causas, grupos e regiões do mundo. Não há dúvidas da importância de analisar a cobertura da imprensa sobre acontecimentos que violam os direitos humanos em larga escala, visando identificar os preceitos do jornalismo humanitário, traduzido por Scott, Bunce e Wright (2018) como uma prática que aproxima o jornalista do seu compromisso com uma ética humanitária (VICTOR, 2021, p. 320).

Temos um debate que passa inevitavelmente pela postura dos jornalistas na cobertura desses conflitos. Isto está no embrião dos conceitos e das práticas do jornalismo humanitário e de paz. Entre as abordagens propostas está a ética normativa dos jornalistas e de suas instituições, ou seja, um questionamento sobre o que há de certo e errado em suas atividades (SHINAR, 2016, p.10).

A mídia pode contribuir para a guerra, o genocídio, o terrorismo, opressão e a repressão, bem como para a segurança, a dignidade, o crescimento e o poder de decisão por cidadãos, com base na informação precisa, confiável e administrável (LYNCH e MCGOLDRICK, 2005 apud SHINAR, 2016, p. 43, tradução nossa).

Um conceito muito associado ao jornalismo de paz é a ideia de uma percepção do todo. Isto ocorre quando o jornalista entende as complexas estruturas que envolvem os conflitos sociais e desenvolve um potencial de contribuir com a resolução dos conflitos na cobertura dos acontecimentos.

Políticas de pertencimento

Uma experiência desenvolvida pela equipe do professor Timothy Marjoribanks, da Swinburne University of Technology, Austrália, conhecida como *Australian Media and the Politics of Belonging*, chama a atenção para o perfil da cobertura da mídia australiana sobre as populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente os refugiados sudaneses naquele país, e sugere a mesma mídia para reverter o perfil da abordagem.

Os pesquisadores citam uma campanha publicitária chamada *Feels Like Home* exibida na televisão aberta durante a cobertura das olimpíadas de 2016. A campanha envolvia histórias reais de membros de uma família que viajavam para passar o Natal com seus pais no litoral australiano. Os anúncios apelavam diretamente para um senso de pertencimento nacional, com um conjunto de imagens que por meio de sintetização e personificação fez uma família individual resumir o significado de uma família nacional.

Para entender isso como um processo semiótico, não devemos apenas atentar para o que esses anúncios retratam, ou o que é apresentado, mas também a relação entre o que está presente e o que está ausente neles. Com seu foco em uma família “branca” singular de classe média desfrutando de um ritual secular enraizado na tradição cristã, esses anúncios necessariamente excluem outras imagens potenciais da Austrália: suas populações não-brancas e indígenas, cenas da vida urbana e da classe trabalhadora e a presença de tradições e rituais culturais não “anglo” associados ao multiculturalismo australiano (MARJORIBANKS, NOLAN e FARQUHARSON, 2018, p. 15-16, tradução nossa).

Marjoribanks e sua equipe trabalharam com o conceito de políticas de pertencimento, originalmente proposto pela socióloga israelense Yuval-Davis. Essa seria uma política que combina uma série de referências a práticas ou projetos que buscam realizar ou manter relações particulares de pertencimento, bem como a produção contínua

de relações sociais. Esses dois fatores são resultados de práticas de políticas de pertencimento e, ao mesmo tempo, formam as condições para as mesmas (YUVAL-DAVIS, 2005).

Investigando os subúrbios ocidentais de Sydney, uma região de destaque nos debates nacionais sobre imigrantes e refugiados, a pesquisadora Tanja Dreher decifrou os projetos sociais que criaram condições reais de pertencimento. A região oeste de Sydney pode ser vista como um lugar rico, cheio de vida e multicultural, mas na mídia a região é frequentemente retratada como uma área marginalizada, perigosa e de possível radicalização islâmica. Havia uma narrativa persistente que enquadrava os habitantes da região numa moldura islamofóbica (DREHER, 2018).

Parecia muito claro que os estereótipos negativos estruturalmente incorporados pela ação da grande mídia forjavam uma sensação de não-pertencimento entre a população local. Urgia uma voz de resistência que fornecesse ao país, e ao mundo, uma compreensão mais complexa do multiculturalismo que era a realidade por ali. Havia a necessidade de amplificar as vozes da comunidade, mas também em garantir a sua escuta. Estratégias de escuta ampliam o alcance da mídia popular de modo a gerar formas de pertencimento individual e comunitário (DREHER, 2018).

A ênfase em contar histórias diferentes e mudar as percepções das comunidades ocidentais de Sydney pode ser entendida como uma mobilização eficaz para a política da voz. De fato, os projetos de intervenção da mídia comunitária são frequentemente descritos em termos de encontrar uma voz, falar ou contar histórias diferentes. (...) O I.C.E.⁸ reconheceu o potencial e a importância das formas de mídia digital e visa deliberadamente populações marginalizadas e vulneráveis para capacitação, desenvolvimento de habilidades e contar histórias alternativas sobre a Austrália multicultural utilizando tecnologias digitais (DREHER, 2018, p.77, tradução nossa).

Ações que amplifiquem as vozes de resistência e que garantam a sua escuta são ações que estimulam o pertencimento de grupos sociais em suas lutas por reconhecimento. Os padrões de reconhecimento subjetivo de Honneth apontam para a degradação e o desrespeito como causadores originais de conflito. Quando olhamos para

⁸ Fundado em 1984, o I.C.E. é uma organização de artes contemporâneas baseada na comunidade que trabalha com comunidades, artistas e produtores criativos emergentes e sub-representados no oeste de Sydney. A apresentação institucional da organização está disponível em: <https://ice.org.au/about-ice/>

ações práticas, como as da organização I.C.E., citada por Dreher, verificamos a experimentação desses conceitos por meio de políticas sociais. Os estudos da equipe de Marjoribanks estão amparados no conceito de *media interventions*, proposto por Kevin Howley, que ressalta “o complexo exercício do poder da mídia para influenciar processos políticos, mobilizar a opinião pública, capacitar comunidades marginalizadas ou desafiar a hegemonia das organizações de mídia dominantes” (HOWLEY, 2013, p. 35, tradução nossa). Essa conceituação conecta a experiência na Austrália com o estudo de caso deste artigo, uma produção audiovisual sobre o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC).

O MSTC ocupa, atualmente, cinco áreas na região central da cidade, reunindo aproximadamente duas mil pessoas entre adultos, crianças e jovens⁹. Há um retrato frequentemente exposto pela chamada grande mídia na cobertura dessa temática. São apelos que tendem a provocar na audiência dessas coberturas o que Stanley Coehen (2011) define como pânico moral. No contexto das turbulências na política nacional, as lideranças desses movimentos são constantemente citadas como exemplos da barbárie comunista. Uma visita às ocupações, no entanto, pode revelar traços de uma riqueza cultural própria e constantemente estimulada no local. Exemplos de organização social com regras definidas onde pessoas se unem na direção de uma causa comum, e assim se tornam mais fortalecidas.

Ocupações são áreas de vulnerabilidade social, comunidades que vivem sob a ameaça da violência, muitas vezes na forma de mandados de reintegração de posse. Ações sociais que estimulem o pertencimento desses grupos, formados por pessoas em situação de pobreza e em refúgio, são ações de grande importância. Considerando a experiência positiva do oeste de Sydney e sua virada cultural, urge ações que amplifiquem as vozes das frentes de luta por moradia e que ampliem sua audição, como a produção de uma obra audiovisual que permita ao público compreender a complexidade de uma ocupação. Uma obra coletiva, na qual os próprios moradores se interpretem e contem histórias que possam soar inéditas na mídia. Uma obra como *Era o Hotel Cambridge*¹⁰.

Entre as cinco ocupações do MSTC, é justamente o antigo Residencial Cambridge a única que recebeu financiamento do programa Minha Casa Minha Vida do Governo

⁹ Dados disponibilizados pela comunicação institucional do movimento:
<https://www.movimentosemtetodocentro.com.br/quem-somos>

¹⁰ Filme disponível para visualização no YouTube. Acesso em:
<https://www.youtube.com/watch?v=8McpohnS03o>

Federal. O Cambridge é uma ocupação urbana que tem conquistado batalhas importantes no reconhecimento público pelo direito de permanecer ali. O local deu nome para o premiado longa-metragem da diretora Eliana Caffé, que produziu coletivamente o filme usando as ocupações como locação e os próprios moradores interpretando seus papéis.

De acordo com um método organizado por Mombelli e Tomaim, a análise metodológica de um documentário deve observar, de início, o desdobramento de seus elementos internos que compõem a narrativa audiovisual (MOMBELLI e TOMAIM, 2014). Ressalta-se que o termo *narrativa* aqui está associado ao uso pleno da palavra, que define a construção de uma sequência de imagens e sons que contam uma história no formato de filme.

Era o Hotel Cambridge pode ser categorizado como um modo performático de fazer documentário, “uma forma que dá mais ênfase às características subjetivas da experiência e da memória, que se afastam do relato objetivo” (NICHOLS, 2005, p. 170). O filme é narrado por uma combinação peculiar entre atores e personagens reais do contexto das ocupações. A líder do MSTC, Carmem Silva, interpreta a líder da ocupação e todos os desafios diários que são obrigados a enfrentar. Desde ameaças constantes de ações de despejo até as dificuldades diárias de manter a organização social entre os moradores. Diversas tramas paralelas ilustram a diversidade local, pessoas em situação de refúgio falam com seus familiares distantes, há uma grande troca multicultural entre os personagens do filme. Por mais que as tramas sigam um roteiro prévio, há um espaço inestimável de narrativa que os personagens ocupam com suas próprias verdades. Um modo de fazer cinema que respeita as vozes de personagens vivos. O filme, afinal, ao assumir a sua projeção midiática, atua na amplificação das vozes de seus personagens, vozes que expressam os discursos de resistência daquele grupo. A experiência de produção do filme com os moradores locais colaborou com o senso de pertencimento do grupo, de maneira similar às tratadas nos projetos de *Media Interventions*. Na medida em que, primeiro, amplificou significativamente as vozes das comunidades do MSTC, e segundo ao garantir a sua escuta em uma determinada escala de distribuição midiática.

Há nas entrelinhas da montagem uma disputa silenciosa entre interpretação e verdade, entre ator e morador, uma disputa que só alimenta a experiência cinematográfica. A produção do filme é, em si própria, um evento social. Não há regras de imagens de rigor fotográfico típicas do cinema, há sim a valorização da experiência de produção do

filme no registro que a câmera conseguiu absorver. O prédio é o cenário visual absoluto, guardião de todas as almas, mas também é o personagem fio condutor do grande arco da história. É simbólico que o momento de maior catarse, o clímax que irrompe todas as tramas, é quando os moradores saem para o que eles chamam de *festa* - uma nova ocupação. Combinando cenas interpretadas com imagens de arquivo, o documentário consegue montar uma narrativa de impacto que salta aos olhos pelo realismo das cenas. O filme utiliza imagens produzidas pelo jornalismo digital independente, grupos como Jornalistas Livres e Mídia Ninja, e assim assume um status de documentação histórica. O documentário é, acima de tudo, um registro dos acontecimentos.

Os fatores externos ao filme vão além da divulgação de sua própria ideologia. Sim, é preciso entender as complexidades dos movimentos de luta por moradia, e o filme ajuda nesse processo contrário, ou seja, uma intervenção de mídia, na acepção de Howley, às abordagens reducionistas e negativas da própria mídia. Mais do que isso, o filme celebra o espírito do pertencimento. Cada morador, ator, roteirista ou figurante envolvido na produção atuou por suas próprias causas e ali elas foram protagonizadas. O audiovisual é dotado de um capital simbólico capaz de sensibilizar, de transcender e de proporcionar pertencimento.

A produção de um filme comunitário, assim como outras ações culturais que fazem parte das agendas das ocupações, criam espaços para o exercício do pertencimento. Uma maneira de proporcionar uma diferente percepção dos movimentos sociais a partir de uma representação que os identifique sem a estigmatização de setores da mídia. Tratam-se, afinal, de vozes da resistência, as vozes que reafirmam os anseios das coletividades e que são intrínsecas às suas convicções de pertencimento.

Considerações finais

As experiências associadas às políticas de pertencimento ilustram a natureza dinâmica das estruturas sociais, bem como o pensar sociológico sobre o impacto das ações humanas. Não estamos, enquanto agentes sociais, condenados às normas vigentes, mas

damos as condições para que elas existam. A mesma mídia que constrói abordagens que remetem ao pânico moral em relação às populações de ocupações é a que vai intervir para mudar essa construção midiática, essa representação.

Compreender as sub-representações das minorias sociais alimentadas pelos grandes grupos da mídia é fundamental para pensar soluções que colaborem com a redução das injustiças sociais. A busca de um enfrentamento para as injustiças, por um lado, envolve o desafio de uma redistribuição econômica, por outro, está associada aos desafios de reconhecimento social, onde o debate sobre os preceitos do Jornalismo de Paz tem inegável relevância.

Em seu ensaio sobre o destino da humanidade, Edgar Morin adicionou uma interrogação ao título principal: Rumo ao Abismo? O questionamento no lugar de uma afirmação revela uma certa esperança. Afinal, Morin desenha que as condições para uma metamorfose social que aplacasse as injustiças sociais estão nas mãos da própria humanidade. A partir de uma possível tomada de consciência onde a ética seja o fio condutor dos processos de interação humana, pode haver uma saída. A cada nova etapa há um fim, e esse fim é um novo começo (MORIN, 2011, p.159). Como proporia Heidegger, “nossa origem não está atrás de nós, ela está diante de nós” (apud MORIN, 2011, p. 159).

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento - Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. **Caderno CRH**, v. 24, p. 331–352, 2011.
- DREHER, Tanja. Speaking up or being heard? Community media interventions and the politics of listening. **Media, Culture & Society**, v. 32, n. 1, p. 85–103, 2010.
- FERRARA, Luciana; GONSALES, Talita, COMARÚ, Francisco. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre a produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v.21, n. 46, 2019.
- FERREIRA, Eliara. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. **Scripta**, São Paulo, v. 25, n. 54, 2021.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel; GOLB, Joel. **Redistribution or Recognition?: A Political-Philosophical Exchange**. New edição. London ; New York: Verso, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

MAIA, Rousiley. **Mídia e lutas por reconhecimento**. São Paulo, Paulus, 2019.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM, Cássio Dos Santos. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. **Lumina**, v. 8, n. 2, 2014.

MORIN, Edgar; CARVALHO, Edgard de Assis; BOSCO, Mariza Perassi. **Rumo ao abismo? - Ensaio sobre o destino da humanidade**. Lisboa: Bertrand Brasil, 2011.

NASCIMENTO, Larissa. “Lembrança eu tenho da Saracura”: notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas no bairro do Bexiga. Rio de Janeiro, **Intratextos**, 2014.

NICHOLS, Bill. **Introdução Ao Documentário**. São Paulo: Papirus Editora, 2005.

NOLAN, David; FARQUHARSON, Karen; MARJORIBANKS, Timothy (Orgs.). **Australian Media and the Politics of Belonging**. Anthem Press, 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Situação das Ocupações na Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2018.

SANCHES, Lilian. 20 anos em um dia: a representação midiática do terrorismo no Ocidente pós-11 de Setembro. **SBPJor**. Disponível em: <https://proceedings.science/p/132676?lang=en>, 2021. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SHINAR, Dov. **Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz**. p. 39–48, 2008.

SOLANGE DE ARAGÃO, THAIS C. S. SOUZA. A cidade de São Paulo do século XIX e os cortiços de Santa Ifigênia (1893). **Revista Restauro**, v. 2, n. 4, p. 2018.

VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidoval Moraes de. **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação**. Campina Grande - PB: Eduepb, 2021.

YUVAL-DAVIS, Nira. Belonging and the politics of belonging. **Patterns of Prejudice**, v. 40, n. 3, p. 197–214, 2006.